

## A UNIVERSIDADE NOS ANOS 2000 E A CONJUNTURA DA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA

Aline de Andrade Rodrigues<sup>1</sup>

Vânia Maria Manfroi<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente trabalho é oriundo de um processo investigativo acerca da formação em Serviço Social no estado de Santa Catarina. Nesse estudo, problematizaremos a formação dos assistentes sociais em direta relação com a política nacional de educação superior brasileira dos anos 2000, que encontra-se alicerçada na prática neoliberalizante do Estado. Esta característica retrata que a formação de nível superior encontra-se, principalmente, sob a direção privada da educação superior no Brasil e em Santa Catarina.

**Palavras-chave:** Educação Superior, Formação Profissional, Serviço Social

### ABSTRACT

The present paper is from an investigation about the Social Work graduation in the state of Santa Catarina. In this study, we will question about the social workers graduation in straight relation with the Brazilian higher education national policy in the 2000's, which is anchored in State's neoliberal practice. This characteristic reflects that the graduation is, mainly, under the direction of private higher education in Brasil and in Santa Catarina.

**Keywords:** higher education, professional training, social work.

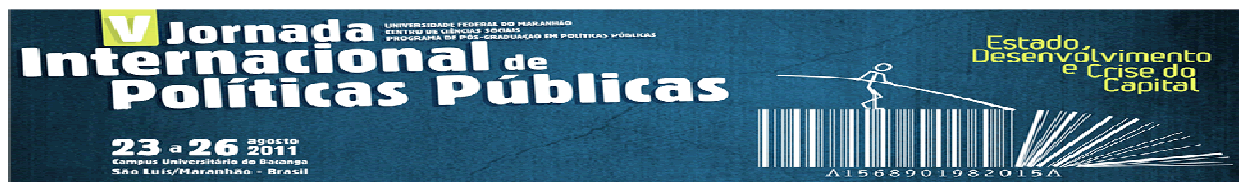
## 1. INTRODUÇÃO

Esse trabalho pretende discutir a formação em Serviço Social dos assistentes sociais catarinenses, a partir da apreensão da conjuntura da educação superior brasileira. Nesse artigo será feito um recorte, analisando o contexto da política universitária empreendida nos anos 2000, pois sua configuração rebate diretamente no processo formativo-acadêmico dos assistentes sociais de Santa Catarina.

Nosso estudo foi empreendido visando subsidiar os dados sobre a formação profissional da pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais em Santa

<sup>1</sup> Estudante de Pós-graduação. Universidade Federal de Santa Catarina. aalineasar@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora. Universidade Federal de Santa Catarina. vaniamanfroi@yahoo.com.br



Catarina<sup>3</sup> (MTAS/SC) realizada entre os anos 2009 e 2010 e que contou com financiamento público do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e com apoio do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS 12º região).

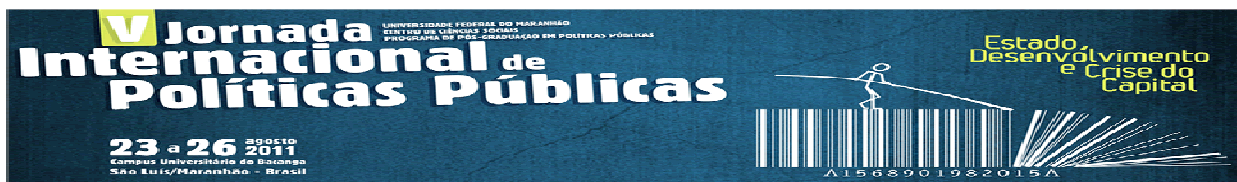
## 2. A UNIVERSIDADE BRASILEIRA NO CONTEXTO DOS ANOS 2000

A política de educação é analisada por Mauês (2010) no contexto dos anos 2000, principalmente no Governo Lula, como uma “continuidade” da política de ensino superior adotada durante os anos 1995-2002, pelo então Governo FHC. Para ela, “as políticas terão continuidade, pois elas já foram concebidas no sentido de respaldar o capital e de atender os interesses privados, não havendo necessidade de mudança de rota” (MAUÊS, 2010, p. 97).

A iniciativa de maior destaque no contexto da educação superior está pautada no Programa de Apoio e Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, o REUNI, inaugurado em 2007, por meio do Decreto Presidencial nº 6.096. Para Lima (2008), esta década está marcada por um processo de contrarreformas quando já no ano de 2003 se evidenciou a prioridade que o novo governo atribuiu a esta área, tendo em vista as diversas ações que se explicitaram nos correntes anos por meio de medidas provisórias, projetos de lei, leis e decretos (LIMA, 2008). O novo programa de educação superior vislumbrava a ampliação do acesso e permanência na educação superior, aproveitando-se da estrutura física e de recursos humanos existentes nas instituições, buscando alcançar 100% o número de ingressantes na universidade pública (SEBIM, 2008).

Evidencia-se no decorrer dos anos 2000 a criação de uma série de iniciativas do Governo Federal que incidiram no ensino superior. Citamos a seguir algumas delas: em 2004 criou-se o Grupo Executivo de Reforma do Ensino Superior que organizou um documento reafirmando princípios e consolidando diretrizes da reforma da educação superior; foi instituído o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), por meio da Lei nº 10.861; regulamentou-se as parcerias entre as universidades federais e as fundações de direito privado, por meio do Decreto

<sup>3</sup> A pesquisa contou com o apoio dos núcleos de estudos NESSP/NESSOP (Núcleo de Estudos sobre o Estado, Sociedade Civil e Políticas Públicas / Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular), do Programa de Educação Tutorial em Serviço Social e do Programa Bolsa Permanência da Universidade Federal de Santa Catarina.



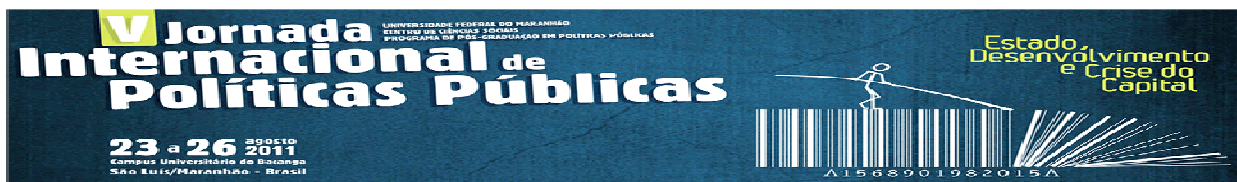
Presidencial nº 5.205; criou-se o programa Universidade para Todos (ProUni) instituído por meio da Medida Provisória nº 213; instituiu-se o sistema especial de reservas de vagas para estudantes advindos de escolas públicas, negros e indígenas em universidades públicas federais que teve seu marco o Projeto de Lei nº 3.627; promoveu-se o trabalho de pesquisadores das universidades públicas para empresas e a ação dessas no interior das universidades foi impulsionada com a Lei de Inovação Tecnológica nº 10.973; a partir da Lei 11.079 afinou-se a Parceria Público-Privada (Ibid).

No ano de 2006 encaminhou-se o PL nº 7.200 que tratava da reforma da educação superior; a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB); a divulgação das Portarias Interministeriais 22 e 224 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e Ministério da Educação (MEC) que trataram da criação do banco de professor-equivalente que foram, posteriormente, inscritos no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) apresentado no ano de 2007 (Ibid).

O REUNI se configurou a partir de um grande arcabouço político-jurídico que percorreu todo o Governo Lula e previu a graduação no período de três anos, desmembrando-a em dois ciclos em que o primeiro contaria com a formação geral, que para Leher (2007) significa a criação de um amplo mercado para os setores privados de educação, que estarão na disputa para absorver os excedentes do ciclo básico de formação geral. Para o autor a reestruturação da universidade brasileira é denominada de “proposta descabida”, pois a expansão das vagas do ensino público nas universidades nos moldes do REUNI sinalizam a precarização do ensino tanto pela ampliação do número de professor/aluno sem as garantias necessárias para isso, quanto pela expansão da educação na modalidade à distância.

É fundamental destacar que as contrarreformas evidenciadas na política de educação superior que estiveram voltadas aos anseios do mercado, não apenas atingiram o nível de graduação, mas também as pós-graduações do país. Rodrigues (2010) faz menção aos “mestrados profissionais” que foram inaugurados como alternativas paralelas aos “mestrados acadêmicos”, com a Portaria 07/2009.

Ainda na lógica neoliberal se destaca o ProUni, criado em 2004 por meio da Medida Provisória n.º 213 de 10 de dezembro, institucionalizando-se na Lei 11.096 em 13 de janeiro de 2004. Isso significou a aquisição de matrículas em instituições do



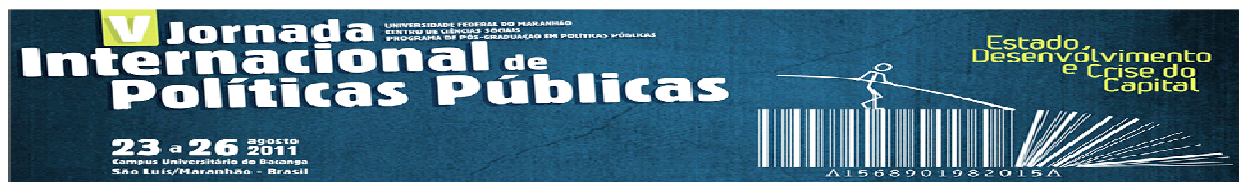
ensino superior privado pelo poder público para estudantes oriundos de setores de baixo poder aquisitivo e da educação pública (SEBIM, 2008).

Consolidando todo o processo de alterações no ensino superior brasileiro entram também o uso das Tecnologias de Informação e da Comunicação (TIC) que têm sido um grande recurso utilizado por gestores universitários para o processo de expansão e massificação da universidade. É por meio do chamado Ensino à Distância (EaD) e da Universidade Aberta do Brasil que tal prática se configura, mas é a partir da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) de 1996 que presenciamos o seu marco legal e o impulso para o uso recorrente deste instrumento no processo de formação acadêmica (TONEGUTTI, 2010).

A formação acadêmica por meio do EaD é sinalizada por Tonegutti (2010) como uma estratégia para atender às necessidades da classe trabalhadora que, muitas vezes, não teve acesso à educação pelas vias tradicionais; ora o EaD tem um papel complementar, ora se configura com papel fundamental na formação. Seus estudantes, muitas vezes, são adultos inseridos no mercado de trabalho, ou em atividades domésticas, e que não possuem disponibilidade de se fazerem presentes aos cursos presenciais, também, a tecnologia é destinada àqueles que residem em localidades de difícil acesso e com dificuldades maiores para se locomoverem aos centros educacionais.

Para Lima (2008) a ampliação e intensificação do uso da tecnologia para o EaD, tem ocorrido paralelamente ao processo de privatização do ensino superior, para ela “a educação à distância [...] tem se constituído como um importante campo de ação dos empresários da educação” (p.29). Lewgoy e Maciel (2008) retratam que, sob o discurso de autonomia das instituições de ensino superior, o Parecer n.º 301 do MEC permitiu que as universidades e centros universitários ofertassem cursos de ensino à distância sem a prévia autorização do MEC. Algumas empresas, no caso específico do Serviço Social, são protagonistas do EaD, como a EDUCON/EADCON que formaram parcerias com diversas instituições no país, como a parceria com a UNITINS (Fundação Universidade do Tocantins) e a UNOPAR (Universidade do Norte do Paraná) (LIMA, 2008).

Alguns dados do Censo da Educação Superior 2008 publicizados em novembro de 2009, foram trazidos por Tonegutti (2010) para ilustrar o processo de oferta de cursos de graduação na modalidade EaD, sendo eles referentes ao ano de



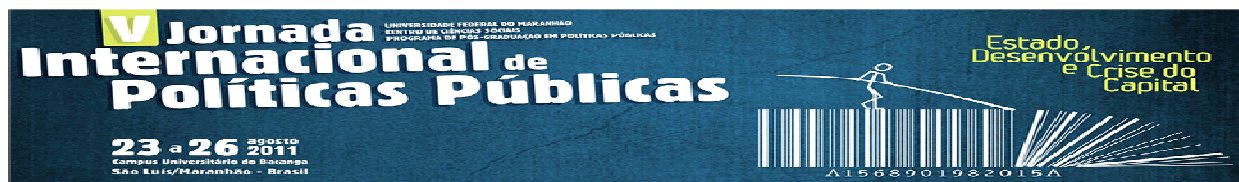
2007. De 4,9 milhões de matrículas na educação superior, 7,6% estão na modalidade de EaD e os 92,4% foram de ensino presencial, sendo 7% em cursos tecnológicos. O número de vagas em relação ao EaD para o ano presente possivelmente deve ter crescido consideravelmente, conforme, aponta o mesmo autor, mas os dados não foram disponibilizados.

Concernente à oferta de vagas pelas instituições de ensino superior, os dados apontam que a participação das instituições conta com 4% das IES, com maior incidência para universidades, com participação significativa das públicas. Segundo TONEGUTTI (2010), este fato ocorre dada a necessidade de uma estrutura mais complexa para a oferta da modalidade de EaD. A participação das universidades na oferta dos cursos EaD pode traduzir a política de educação superior desenhada pelo governo federal e também por alguns estados, no processo de ampliação de vagas no ensino superior, por meio da Universidade Aberta do Brasil.

Um fato relevante é que o número de matrículas na graduação em EaD encontram-se em instituições privadas, diferentemente da participação das IES na oferta de cursos à distância, que conta com maior número em instituições públicas. No ano de 2009, no segundo semestre, pode-se observar que das 429.966 matrículas, 107.679 matrículas estiveram em IES públicas, já 322.287 estiveram em instituições privadas (TONEGUTTI, 2010).

As mudanças ocorridas no cenário da educação superior em Serviço Social na modalidade EaD também não são muito diferentes, o que significa que os números aparecem expressivamente no caso do Serviço Social. Lima (2008) apresenta que 88,4% das vagas autorizadas a partir de 2003, até abril de 2008, significaram a oferta de vagas privadas em detrimento das 11,6% vagas públicas. Ademais, as vagas públicas corresponderam a 3.360 vagas, essas contaram com 2.760 na modalidade EaD, ofertadas por uma instituição pública estatal. Entretanto, esta instituição se referia a uma fundação pública de direito privado. Assim, subtraindo-se esta quantidade das vagas que teoricamente correspondiam às vagas públicas, se obteria apenas 600 vagas públicas, o que se traduziria em 2,1% das vagas na sua totalidade. Pereira (2009), a partir dos dados do INEP de 2009, mostrou que as vagas em Serviço Social neste ano estavam distribuídas segundo a modalidade de ensino e compreendiam a totalidade de 85.152 vagas ofertadas, sendo que dessas 38.532 se situavam na modalidade de ensino presencial – correspondendo a 45,3% da totalidade; em





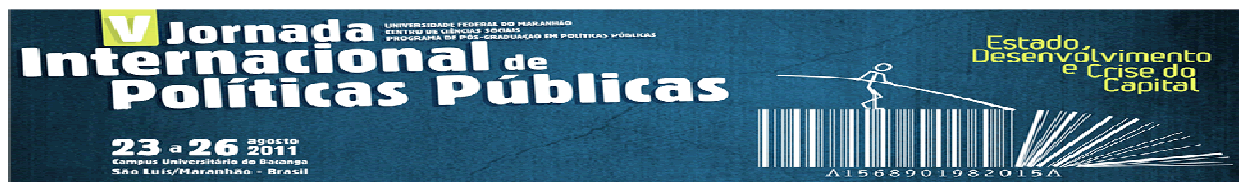
contraponto contava-se com 46.620 na modalidade EaD – o que significou 54,7% da totalidade.

O debate acerca da modalidade EaD no Serviço Social aparece intensamente, tanto nos interiores das instituições de ensino superior como, principalmente, nos espaços de representação coletiva da área: o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), a ABEPSS e a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO). São estes espaços sócio-políticos que têm a preocupação com o exercício e a formação profissional qualificados, e em consonância com o projeto ético-político da profissão. Por isso, o aumento do número de vagas de graduação à distância em Serviço Social tem um significado político e pedagógico, pois o debate perpassa o volume de profissionais formados nessa modalidade, mas se situa na qualidade do ensino que tem se imprimido nesta modalidade. Os principais desafios apontados por Lima (2008) para garantir essa bandeira na formação em Serviço Social é a

efetivação desse projeto de formação profissional construído coletivamente, pautado em princípios norteadores como a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a não-fragmentação do curso; um rigoroso trato teórico, metodológico e histórico da realidade social; a adoção de uma teoria social que possibilite a apreensão da totalidade da vida social, em um contexto de contrarreforma da educação superior que, por meio de várias ações, entre essas a política de ampliação e privatização da educação via cursos à distância, operacionaliza a quebra da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a contratação de tutores ou “assistente de sala” em vez de professores titulados; e a “ausência de parâmetros para a realização do estágio profissional supervisionado como atividade presencial e acompanhamento direto de supervisor acadêmico e de campo (LIMA, 2008, p. 30).

### **3. A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS DE SANTA CATARINA: CONTEXTO ATUAL**

A partir destas considerações, evidenciamos no estado de Santa Catarina, sete instituições que ofertam a modalidade de graduação em Serviço Social por meio do EaD e que se multiplicam em quarenta e sete cursos de Serviço Social no estado. Desta forma, observamos a incidência de sete pólos no litoral (14,89%), seis na região oeste (12,77%), seis no meio-oeste (12,77%), quatro na região sul (8,51%), quatro no Vale do Itajaí (8,51%), três no extremo oeste (6,38%), três na região nordeste (6,38%),



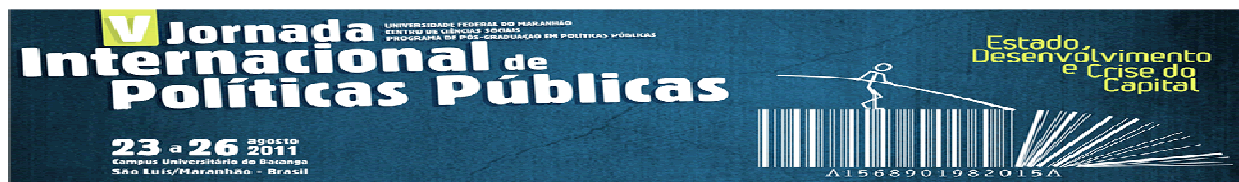
três na Grande Florianópolis (6,38%), três no extremo-sul (6,38), dois no Planalto Serrano (4,26%), dois no médio-vale (4,26%), dois no norte (4,26%), um no litoral norte (2,13%) e um no Alto-Vale (2,13%) (ABEPSS, 2010).

Destacamos que com exceção da UFSC, que mantém o número de entradas anuais por meio de seu vestibular e única universidade que oferta as vagas públicas em Serviço Social no estado, as outras universidades com modalidade presencial enfrentam dificuldades para se manter perante a ofensiva dos cursos de Serviço Social na modalidade EaD, o que fica claro na atual conjuntura dos cursos presenciais do estado, que hoje não logram o preenchimento regular de turmas em Serviço Social.

Há diferentes características na expansão da graduação em Serviço Social, principalmente no que diz respeito à distribuição geográfica das vagas. Neste sentido, é possível perceber a existência de estados no Brasil que “lideram” o número de vagas em EaD ofertadas em Serviço Social. Tal informação é relevante quando percebemos que neste *ranking* Santa Catarina encontra-se em terceiro lugar, ofertando 3370 vagas em Serviço Social, atrás do Estado de São Paulo com 4980 vagas e do Mato Grosso do Sul, que oferta 4170 vagas por apenas cinco IES (Instituição de Ensino Superior) (IAMAMOTO, 2008).

Embora tenhamos assistido, nos últimos anos, à abertura de novos cursos de Serviço Social com ofertas de vagas públicas na região sul do Brasil – na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Campus Matinhos, Universidade Federal do Pampa/RS e Universidade Federal de Santa Maria/RS – presenciamos a oferta de vagas em Serviço Social, predominantemente em instituições privadas. Esse fato levou à construção de um documento, já referido anteriormente, em defesa pela abertura de vagas públicas para a formação em Serviço Social. No 39º Encontro Nacional C FESS/CRESS realizado de 09 a 12 de setembro de 2010 em Florianópolis/SC uma moção de apoio foi construída “em defesa da expansão de oferta de vagas públicas presenciais” na formação em Serviço Social no Estado de Santa Catarina.

Para driblar a dificuldade do fechamento de turmas na fase inicial do curso em Serviço Social em unidades presenciais – associadas, muitas vezes, pela incidência do EaD – algumas estratégias foram apresentadas pelos representantes das Unidades de Formação que se encontraram no fórum dos cursos de Serviço Social em Santa Catarina em 2010. Dentre elas, destacamos a mobilização de agentes comunitários na



cidade de Tubarão para inserção deste público no curso de Serviço Social. Também destacamos o trabalho desenvolvido na cidade de Blumenau junto aos adolescentes do ensino médio que através de atividades sócio-políticas aproximaram-se do curso de Serviço Social e posteriormente o buscaram como processo de aprendizagem na sua formação profissional.

#### 4. CONCLUSÃO

A partir da realidade apresentada, lamamoto (2008, p. 441) nos ajuda a fazer uma reflexão acerca da direção do ensino superior na atualidade:

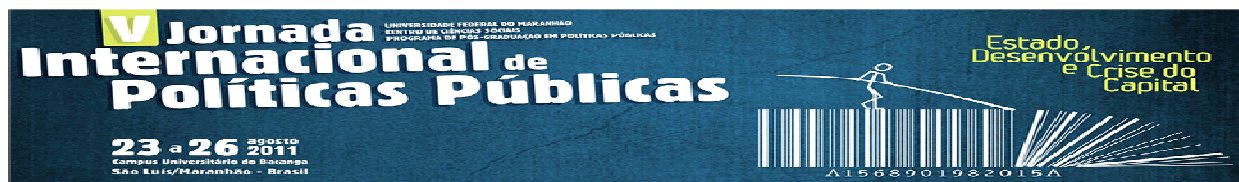
A pulverização e massificação da formação universitária voltada à sua adequação às demandas 'flexíveis do mercado' estimulam o reforço a mecanismos ideológicos direcionados à submissão dos profissionais às 'normas do mercado', parte da estratégia do grande capital na contenção das contradições sociais e políticas condensadas na questão social. Os desdobramentos envolvem um processo de despolitização da categoria, decorrentes, ainda, isolamento do processo de ensino envolvido no EaD e falta de experiências estudantis coletivas na vida universitária. Mas a questão central não é exclusivamente a modalidade de ensino à distância, que pode se mostrar uma técnica eficaz em diferentes situações se tratada com qualidade acadêmica e direção intelectual e política.

Fica, então, evidente que o processo de reformas que ocorreram no sistema de educação superior influenciaram nas dinâmicas regionais e reorganização das unidades de ensino, principalmente aquelas de organização comunitária, para Náder e Silveira (2010, p. 127):

O que as classes sociais dominantes e hegemônicas desejam forjar por meio dessas reformas, intensivamente e por imposição escamoteada, travestida como consenso, é a adoção, como parte integrante do cimento da formação social contemporânea [...], da percepção mercadológica do conhecimento e da educação.

lamamoto (2008) remete que a atual configuração do trabalho docente, situados em uma lógica empresarial, tem condicionado as relações dos contratos desses professores, submetidos pelo regime de hora-aula, com elevadas cargas de disciplinas o que leva a comprometer a integração do tripé ensino, pesquisa e extensão, um dos princípios reafirmado nas diretrizes curriculares. A autora nos ajuda a compreender que a atual conjuntura do ensino superior também tem comprometido a direção social do projeto hegemônico da profissão, pois estimula a "reação conservadora e regressiva no universo acadêmico e profissional do Serviço Social





brasileiro, com repercussões políticas no processo de organização da profissão” (p. 441).

## 5. REFERÊNCIAS

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

LEHER, Roberto. **Desenvolvimento da educação de Lula é por decreto**. Fonte: Jornal da AdUFRJ, maio de 2007. (Entrevista)

LEWGOY, Alzira B.; MACIEL, Ana Lúcia S.. **Reflexões acerca do Ensino à Distância na Formação em Serviço Social**. In: Temporalis/Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS – ano VIII, n. 15 (jan./jun. 2008).

LIMA, Kátia. **Contra Reforma da Educação Superior e Formação Profissional em Serviço Social**. In: Temporalis/Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS – ano VIII, n. 15 (jan./jun. 2008).

MAUÉS, Olgaíses Cabral. **A crise mundial e seus reflexos na educação superior**. In: Universidade e Sociedade / Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – Ano XIX – nº 45 – Janeiro de 2010.

NÁDER, Alexandre Antônio Gíli & SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **Reformas educacionais e trabalho docente: itinerários contemporâneos para a alienação do trabalho intelectual?** In: Universidade e Sociedade / Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – Ano XIX – nº 45 – Janeiro de 2010.

PEREIRA, Larissa Dahmer. **Mercantilização do ensino superior, educação a distância e Serviço Social**. *Rev. katálysis* [online]. 2009, vol.12, n.2, pp. 268-277.

RODRIGUES, José. **“Vamos ganhar dinheiro à beça”: farsa e tragédia na política do governo Lula para a Educação Superior**. In: Universidade e Sociedade / Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – Ano XIX – nº 45 – Janeiro de 2010.

SEBIM, Charlini Contrato. **Representações Sociais do ProUni: (Sobre)vivências no ensino superior**. 2008. Dissertação de Mestrado em Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo.

TONEGUTTI, Claudio Antonio. **Ensino à Distância no Brasil: aspectos da realidade para estudantes e docentes**. In: Universidade e Sociedade / Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – Ano XIX – nº 45 – Janeiro de 2010.